



4148 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT15 - Educação Especial

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: ESTADO DO CONHECIMENTO

Maria Filomena Spinelli Araújo - UFPB - Universidade Federal da Paraíba
Edineide Jezine Mesquita Araujo - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Resumo

O debate da inclusão amplia-se para a educação superior a partir da expansão do acesso e das políticas de inclusão, o que requer considerar o estado do conhecimento sobre Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior. O trabalho apresenta um levantamento de dissertações e teses do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre os anos 2007 a 2016, objetivando reconhecer as convergências/divergências metodológicas para o referido estudo e caracterizar as tendências teóricas em seus focos de análise a partir de categorias analíticas e empíricas. Trata-se de uma abordagem de pesquisa qualitativa, de base documental do tipo conhecimento do estado da arte que busca levantar dados e produções sobre o tema. O conteúdo analisado foram os resumos dos trabalhos publicados no período supracitado e se deu com base nos estudos de Vale e Connor (2011), Diniz (2007), Gadotti (2009). Os resultados, embora parciais, apontaram que existe prevalência de publicações na área da deficiência visual e que pesquisas concluíram existirem um maior número de sujeitos matriculados com deficiência visual em detrimento da deficiência física e mental.

Palavras-chave: Inclusão. Pessoas com Deficiência. Ensino Superior.

Introdução

Visar a construção de uma sociedade inclusiva implica no reconhecimento da diversidade e heterogeneidade dessa sociedade, pois a inclusão só se efetivará ao tempo em que ocorrerem mudanças no modo de tratar e educar as pessoas, respeitando cada uma em sua individualidade. Desta forma, a perspectiva de uma educação inclusiva pressupõe o rompimento com antigos paradigmas que preconizam uma 'pseudo-igualdade' onde essencial seria agrupar os semelhantes, reforçando uma postura de segregação.

Silva (2004) afirma existir uma lógica excludente no pensamento acima, onde a escola exclui de seus procedimentos pedagógicos, e até de seus espaços, em nome da 'homogeneidade', aqueles alunos reconhecidos como 'diferentes'. Para explicar a dificuldade de acesso à educação por parte desses alunos quase sempre se justifica alegando despreparo do sistema regular de ensino, o que enfatiza a necessidade de um atendimento diferenciado inicial para possibilitar posterior integração à escola regular.

Partindo deste princípio, não caberia à escola realizar quaisquer alterações para receber todo os alunos, mas daqueles considerados 'especiais' buscarem alternativas para alcançar o nível de 'normalidade' necessário para concretizar a propalada inclusão. Esta condição não condiz com o modelo democrático brasileiro em que o acesso à educação deve ocorrer sem restrições e condições determinantes, fato oficializado pela Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que postula ser dever do sistema regular de ensino garantir a acessibilidade a estes alunos, não apenas com a remoção de barreiras arquitetônicas e adequação de espaço e mobiliário, mas também com garantia de disponibilidade de recursos humanos e materiais didáticos necessários.

Dentro deste contexto educacional percebe-se inquietações e indagações que implicam e impulsionam à reflexão sobre a deficiência enquanto fator de exclusão social, assim como as categorias de gênero, geração, raça e orientação sexual. Neste aspecto, Vale e Connor (2011) ressaltam a existência de crenças hegemônicas acerca da deficiência e da educação especial, instituídas sob o domínio de um modelo médico, assistencialista e segregador, que perduram até a atualidade, dificultando as práticas inclusivas.

A opressão representada pelo corpo com alguma deficiência, conforme denuncia Diniz (2007), passou a ser considerada quando estudos revelaram ser esta o resultado de uma ideologia que, em nome da normalidade, humilha e segrega. Esta experiência de opressão é vivenciada por diferentes sujeitos com diferentes tipos de limitações e, segundo a concepção marxista em que a autora se baseia, o capitalismo se beneficia destes sujeitos à medida em que desempenham um papel econômico como 'exército de reserva' e um papel ideológico ao assumirem uma posição de inferioridade.

Entretanto, a opressão compartilhada por estes indivíduos não se caracteriza como uma experiência de classe, mas como uma vivência pessoal, embora repercuta sensivelmente no grupo social no qual estes se inserem, através de sistemas de reprodução de estereótipos que servem ao propósito de subordinação e exclusão destes indivíduos.

Abberley (1999) ressalta que, frente as transformações que perpassam a contemporaneidade, importa garantir a estas pessoas oportunidades educacionais adequadas e acesso às novas tecnologias, sem as quais as transformações do mundo do trabalho deverão ocasionar ainda uma maior restrição.

Para Gadotti (2009) o novo paradigma de Educação Sustentável preocupa-se com a qualidade da educação, que parece ainda estar destinada a poucos, e o conceito de qualidade engloba os aspectos capazes de promover uma vida melhor para todas as pessoas, sem exceções, capacitando todos a viverem em comunidade, a partir de um contexto acadêmico favorável.

Partindo destas conjecturas, surge a necessidade de investigar o contexto educacional, especificamente no ensino superior, em que estes sujeitos, alvos de um processo histórico de marginalização, encontram-se inseridos, tanto em instituições públicas quanto privadas.

Desenvolvimento

Segundo os aspectos metodológicos a pesquisa, que faz parte dos estudos iniciais de um projeto de tese intitulado "Democratização do acesso aos excluídos – um estudo sobre a trajetória e o sucesso das pessoas com deficiência no ensino superior", ainda em andamento, foi definida como Estado do Conhecimento, de caráter bibliográfico, com o levantamento de 41 produções brasileiras, reconhecidas como dissertações e teses de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas. A busca pelas publicações inicialmente se deu com o uso dos seguintes descritores: inclusão, educação superior. Posteriormente, houve uma redefinição dos descritores, para melhor atender aos objetivos da pesquisa, que passaram a ser: Inclusão, pessoa com deficiência, ensino superior.

Das 41 produções inicialmente selecionadas apenas 21 abordavam especificamente o tema da inclusão no ensino superior da pessoa com deficiência, uma vez que as demais enfocavam a inclusão de um ponto de vista mais amplo, a partir de ações afirmativas como o PROUNI.

Alguns trabalhos, a exemplo de Lozano (2016), Cruz (2012), Coutinho (2011) e Soares (2011) abordam a inclusão no ensino superior da pessoa cega ou com baixa visão, sendo que neste último, considerado uma pesquisa de campo, ouviu-se o discurso não apenas dos alunos, mas também de administradores da IES e docentes, o que difere dos estudos de Coutinho (2011) e Cruz (2012) que, em seus percursos metodológicos, restringiram-se a entrevistar os alunos.

Lozano (2016) resolveu investigar uma modalidade educacional que vem crescendo no ensino privado, que é a da Educação a Distância (EaD) e sua relação com a inclusão de pessoas com deficiência visual. Seus resultados evidenciaram a atualidade do tema e a necessidade de estudos posteriores, muito embora a pesquisa tenha concluído que a educação a distância contribui com a inclusão educacional, ao proporcionar o acesso a uma educação de qualidade e assegurar aos estudantes os direitos previstos em lei. Os principais desafios identificados foram a formação do professor visando favorecer sua mediação, a acessibilidade aos ambientes virtuais de aprendizagem e o domínio das tecnologias assistivas por parte de professores e estudantes.

De cunho mais abrangente, a tese de Oliveira (2009), que buscou ouvir as vozes de alunos com diversos tipos de deficiência, destacou as dificuldades em vivenciar ações afirmativas de inclusão em uma universidade do porte da UERJ. Para tanto, problematizou a acessibilidade e permanência destes sujeitos no ensino superior, encontrando estudantes com deficiência ingressantes através da reserva de 5% das vagas dos vestibulares de 2004 e 2005, cujos discursos e narrativas foram interpretados através da análise hermenêutica. Os resultados evidenciaram a não participação destes estudantes em órgão representativos da comunidade estudantil, nem mesmo sua organização e articulação enquanto grupo específico. Além disso, sublinhou-se a presença de barreiras físicas e atitudinais contrárias à inclusão.

Rizzo (2010) apresentou estudo semelhante do ponto de vista da abrangência da inclusão educacional, mas que diverge do estudo acima quando utiliza como sujeitos os alunos ingressantes através do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em uma instituição de ensino superior (IES) em São Caetano do Sul. Este pesquisador pautou seu referencial teórico na teoria da complexidade de Edgar Morin e concluiu que não basta ter acesso a certos espaços ou bens para que se desconsidere que situações de exclusão possam estar presentes pois a apropriação dos espaços, a autonomia e independência não são obtidas tão somente com a inserção na IES.

Pieczkowski (2014) questiona se, além dos aspectos apresentados anteriormente relativos à inclusão do aluno com deficiência, também o docente tem sua prática influenciada por estes discursos de inclusão, traduzidos em processos de normalização e efeitos de subjetivação. Neste sentido, foram entrevistados professores que atuam ou atuaram com estudantes com deficiência em cursos de graduação, em duas IES de Santa Catarina. Amparada em Foucault e utilizando-se da análise de discurso para tratamento dos dados, encontrou argumentos para afirmar que, mesmo que o docente tenha domínio de conteúdo e acumule títulos acadêmicos, isso não é suficiente uma vez que a docência possibilita o encontro com o novo, com o imprevisível.

Além do PROUNI o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR) também foi investigado, desta feita por Souza (2012) onde buscou-se identificar suas estratégias para viabilização da inclusão, além de compreender as noções de inclusão e acessibilidade preconizadas pelo programa uma vez que se analisou seu objetivo de construir e o fortalecer os Núcleos de Acessibilidade nas IES. Os resultados encontrados, entretanto, não foram coincidentes com os relatos de algumas das instituições contempladas pelo programa, que não consideram a existência dos núcleos condição suficiente para assegurar o acesso e, sobretudo, a permanência dos sujeitos com deficiência na Educação Superior.

Conclusão

Diante dos estudos pesquisados, nota-se que há uma tentativa mais evidente de inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino superior, frente às novas tecnologias que permitem uma maior acessibilidade destes sujeitos aos ambientes e materiais de aprendizagem. Com relação às pessoas com deficiência física, apesar das modificações arquitetônicas previstas na legislação vigente, ainda se mesclam incongruências do tipo 'escadas com altos degraus' ou rampas excessivamente longas e com irregularidades. Os surdos também merecem destaque após a implantação da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) que reconhecidamente facilitou a comunicação entre ouvintes e não ouvintes. Quanto aos sujeitos com deficiência mental ainda evidenciam-se poucos estudos, restringindo-se principalmente aos alunos com Síndrome de Down. A grande maioria dos pesquisadores optou pela metodologia puramente qualitativa para análise de seus resultados com a análise de discurso e a entrevista semiestruturada como principais instrumentos. Não houve unanimidade quanto às características dos sujeitos entrevistados pois houve estudiosos que optaram por entrevistar apenas alunos, outros apenas docentes e outros ainda docentes, discentes e administradores. Contudo, a maioria afirmou que a inclusão no ensino superior ainda se constitui um processo inacabado, com entraves físicos e atitudinais que precisam ser vencidos.

Referências

ABBERLEY, P. The significance of work for the citizenship of disabled people. University College Dublin. April 15th 1999. Disponível em <https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/Abberley-sigofwork.pdf>. Acesso em 09/09/2018.

COUTINHO, M. M. de A. A inclusão da pessoa com deficiência visual na educação superior e a construção de suas identidades. 01/06/2011. Dissertação. Disponível em <https://site.ucdb.br/.../8200-a-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia-visual-na-educacao>. Acesso em

29/08/2018.

CRUZ, R. de L. Inclusão no ensino superior: Um estudo das representações sociais dos acadêmicos com deficiência visual da UFPB'. 01/08/2012. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4734>. Acesso em 29/08/2018.

DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 14(2) 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>. Acesso em 29/08/2018.

LOZANO, T. V. O processo da inclusão de pessoas com deficiência visual na educação superior a distância no Brasil. Dissertação de mestrado. Disponível em esud2014.nute.ufsc.br/anais-esud2014/files/pdf/126681.pdf. Acesso em 29/08/2018.

SOARES, A. C. S. A inclusão de alunos com deficiência visual na universidade federal do Ceará: estudo sobre ingresso e permanência na ótica dos alunos, docentes e administradores' 01/09/2011. Tese de doutoramento. Disponível em www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2771. Acesso em 29/08/2018.

SPINELLI, M.F.N., Inclusão Social: estudo sobre deficiência física e trabalho na região metropolitana de João Pessoa. Dissertação de mestrado da PPGSS/UFPB. 2007